

APRESENTAÇÃO

Bernardo Mata Machado



Há pelo menos duas afirmações que são comuns às três intervenções ocorridas na mesa “Redes e Circuitos”: (i) os órgãos públicos de cultura, em geral, têm poucos recursos; (ii) as redes e sistemas que promovem parcerias e colaboração entre entes públicos e privados são uma alternativa para superar essas carências.

Há uma terceira ideia que perpassa duas das intervenções: o contrato de gestão com Organizações Sociais (OSs) e o termo de parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) são modelos que ajudam a superar as restrições impostas pela administração pública, dando maior agilidade e flexibilidade à gestão de projetos culturais.

Diante dessas afirmações pode parecer estranho que nesse momento (maio de 2016) a luta pela permanência do Ministério da Cultura (MinC) – órgão de administração direta, com seus entraves burocráticos e sempre poucos recursos orçamentários –, tenha sido objeto de intensa mobilização da sociedade brasileira, em particular, como era de se esperar, de seus intelectuais e artistas, mas também de movimentos sociais de cultura e identidade. Ocupações de órgãos vinculados ao sistema MinC ocorreram em pelo menos oito estados brasileiros e a pressão “das ruas” acabou por ressuscitar o Ministério.

Até então, o Ministério da Cultura havia sido criado e extinto duas vezes. O duplo nascimento deu-se em condições políticas de fortalecimento da democracia: 1985, ano que marcou o fim da ditadura militar, e 1992, quando após um processo de impedimento do presidente da República a normalidade democrática foi reestabelecida. A dupla extinção, ao contrário, deu-se em momentos de impasses da democracia: a ascensão ao poder de um presidente e seu programa neoliberal de estado

mínimo (1989), e agora, em 2016 (12 de maio), quando o grupo político que tomou o poder, por via indireta, apelou novamente para o receituário neoliberal.

A ressurreição do Ministério da Cultura em 21 de maio, 10 dias após ter sua morte anunciada, revela que cultura e democracia, ou mais precisamente, cultura e liberdade são palavras, ideais e práticas muito próximas. E demonstra, por outro lado, que o neoliberalismo, com sua ânsia de mais mercado e menos Estado, é percebido como um modelo que para sustentar-se ataca preferencialmente os direitos sociais, econômicos e culturais dos cidadãos.

Não há cultura sem livre criação, livre manifestação do pensamento e livre participação nas decisões públicas. Não há cultura sem a garantia do direito de ser, como se quer ser (identidade individual), e muito menos sem a livre convivência da diversidade de grupos e valores que permeiam a sociedade (identidades coletivas).

O problema da administração e da gestão da cultura é relevante, sem dúvida, mas muito mais importante é manter vivas as liberdades civis e políticas, e garantir aos cidadãos (pelo Estado) o pleno exercício dos direitos culturais, como prevê o artigo 215 da Constituição de 1988, para a qual desejamos longa vida.